

# As relações de sucesso e os periódicos da Península Ibérica na segunda metade do século XVII: imprimir, vender e aparecer nos materiais de notícias sobre a guerra

Caroline Garcia Mendes\*

## Resumo

No século XVII, ocorreu em diferentes partes do continente europeu uma intensa produção de notícias impressas. Devido à guerra da Restauração, houve na Península Ibérica, sobretudo em Lisboa, um aumento significativo da publicação de relações de sucesso e periódicos que tratavam do conflito. Para além da função política que esses documentos continham ao divulgar os grandes feitos dos exércitos ou de embaixadores, esses impressos possuíam ainda um importante valor econômico para alguns grupos. Assim, neste trabalho pretendemos discorrer sobre a atividade de impressores e vendedores para a circulação desses papéis, bem como tratar ainda do valor que representava para oficiais de guerra e nobres cortesãos aparecer nestas publicações.

Palavras-chave: Cultura Escrita; História Ibérica; Notícias Impressas.

## Abstract

During the 17th Century, occurred a boost in the production of printed news in different parts of the European continent. In the Iberian Peninsula, especially in Lisbon due to the Restoration War, there was a significant increase in the publication of news pamphlets and gazettes covering the conflict. Aside advertising the great deeds of the army and its commanders, or the actions of ambassadors, these pamphlets had an important economic value to some groups. Therefore, in the present article is discussed the activities of and disputes between printers and street sellers in the circulation of news sheets, as well as the importance for military officers, nobles and courtiers to appear in these publications.

Keywords: Written Culture; Iberian History; Printed News.

\* Doutora em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Email: carol.mendes@outlook.com. Este artigo é parte da tese de doutorado intitulada "Gazetas, Mercúrios e Relações de Sucesso: a produção e a circulação de notícias impressas na Península Ibérica na segunda metade do século XVII", desenvolvida nesta instituição e que contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP projeto 2014/23614-7).

*“como se Nós os Beirões, obráramos, não pera cantarem cegos, mas choraré Castelhanos, & o nosso General não tiuera por maior gloria (...), andar antes nos olhos dos inimigos por lagrimas, que nas violas dos cegos por cantigas. (...) E q’ importa faltarem duas folhas de papel na estampa, ou quatro cegos na publicação às vitorias de D. Alvaro de Abranches (...)”<sup>1</sup>*

No ano de 1644 foi impressa em Lisboa a *Relaçam em qve se refere parte dos gloriosos svcessos, que na Prouincia da Beira tiuerão contra Castelhanos, as armas de S. Magestade governadas por D. Alvaro de Abranches...*, cujo trecho é utilizado na epígrafe deste artigo. Nesta publicação de seis folhas in quarto o impressor Manoel da Sylva torna pública a insatisfação do autor – anônimo – com a falta de menções naquela cidade dos feitos do exército da Beira e de seu comandante nas batalhas contra os castelhanos. A chamada guerra da Restauração havia começado há poucos anos e a nova Coroa – encabeçada pela casa de Bragança na figura de Dom João IV – preocupava-se em divulgar os feitos bélicos e diplomáticos alcançados após a separação da Monarquia Hispânica<sup>2</sup>.

O autointitulado “curioso de Ribacoa” escrevia, assim, para satisfazer aos “remoques de amigos” porque dentre “os muitos cegos, que por Lisboa pregoão vitorias de Alentejo, entre Douro, & Minho, & Tras os montes, (...) [não se pode] encontrar hu, que publique as da Beira”. Antes de iniciar de fato seu relato, descreve ainda que sob o comando de Dom Álvaro “não perdemos palmo de terra, nem se nos roubou hua so cabeça de gado, que não recuperássemos, nem se nos matou soldado, ou queimou casa, que não custasse a vida de muitos, & incêndio de grandes pouoações ao inimigo (...)”, evidenciando, por fim, que tudo o que escrevia ali era verdade e que o valor e prudência militar de Dom Álvaro de Abranches não se creditam “com successos fingidos, ou com lisonjas mentirosas; finge quem necessita de verdades, lisongea quem enfeita mentiras”<sup>3</sup>. A partir desse momento, o escritor anônimo passa a descrever as ações de Dom Álvaro desde abril de 1643, em que ele saía da cidade de Lisboa, até dezembro do mesmo ano na dita região da Beira. Relações de sucesso como essa são entendidas pelo historiador Daniel Saraiva como “janelas de realidade”, um canal pelo qual o leitor acessa os acontecimentos de maneira imediata, levando-o à ilusão de estar diante dos fatos em si e não

---

<sup>1</sup> *Relaçam em qve se refere parte dos gloriosos svcessos, que na Prouincia da Beira tiuerão contra Castelhanos, as armas de S. Magestade governadas por D. Alvaro de Abranches, seu Capitão General, nos meses de Mayo ate Dezembro de 643. 1644. Impressor: Manuel da Sylva. f. 1. Biblioteca Nacional de Lisboa. Digitalizado em <<http://purl.pt/12510>>. Acesso dia 07-jan-2019.*

<sup>2</sup> Atualmente há extensa bibliografia que trata deste conflito. Citamos aqui apenas algumas obras: COSTA, Fernando Dore. *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004; FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997; VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal. Guerra e Restauração (1640-1680)*. Trad. de Pedro Cardim. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006; \_\_\_\_\_. *Portugal y la Monarquía Hispánica 1580-1668*. Madrid: Arco Libros, 2000.

<sup>3</sup> *Relaçam em qve se refere parte dos gloriosos svcessos, que na Prouincia da Beira tiuerão contra Castelhanos...* f. 1v.

de uma versão deles<sup>4</sup>. Assim como este relato, centenas de outras publicações foram produzidas na cidade de Lisboa no período que durou a guerra da Restauração: são relações de sucesso, cópias de cartas e periódicos como a *Gazeta* e o *Mercurio Portuguez* que traziam informações sobre as batalhas, envios de embaixadores e apoios conseguidos pela Coroa portuguesa, mas também sobre o dia a dia da Corte, a chegada de navios e até intempéries locais. É possível identificar nestes impressos, como demonstrado pelo próprio autor anônimo que produziu o documento anteriormente citado, que estas “janelas de realidade” deveriam se abrir direcionadas apenas aos fatos e às pessoas que eram convenientes para o autor ou para seu impressor. Percebemos pela epígrafe deste artigo que ser ouvido nas violas dos cegos – após sua publicação impressa – fazia parte do prestígio de ter seu nome e ações nestes papéis.

Para além da inegável função política que estas relações possuíam em um momento tão fundamental como a guerra que procurava a separação de Portugal dos domínios filipinos após 60 anos de União Ibérica, buscamos neste trabalho discorrer sobre um viés pouco visitado pela historiografia quando o assunto é a circulação de notícias na Época Moderna, que são os agentes por trás da produção e venda desse material. Em um momento em que a publicística portuguesa alcançou dimensões continentais – “de Londres a Turín, de Amsterdam a Lisboa, de las imprentas de media Europa salieron obras destinadas a dar noticia y justificación del ‘sucesso de Portugal’”<sup>5</sup> – esse material que servia para divulgar a ascensão da Coroa de Bragança ao poder também possuía outros significados naquela sociedade. Assim, outro tema que pretendemos trabalhar é o inerente valor que aparecer nessas publicações possuía para oficiais da guerra ou mesmo nobres próximos à família real. Para tanto, pretendemos direcionar este estudo em primeiro lugar aos impressores, enquanto personagens chave para a publicação destes acontecimentos e a relação – nem sempre amigável – que estabeleciam com os cegos *callejeros*. Por fim, através de menções encontradas nos próprios materiais de notícias como a relação que enaltecia os feitos de Dom Álvaro, discutiremos ainda a importância de ter seu nome publicado nesses papéis e cantado nas violas dos cegos pelas ruas da cidade.

### **A relação entre impressores e cegos na produção e circulação dos impressos**

A Restauração portuguesa foi um momento de ampla produção de impressos em Lisboa no intuito de enaltecer e defender a nova Coroa no poder. Do outro lado da fronteira, Fernando Bouza explica que as publicações em Castela que tratavam da guerra foram em quantidade muito menor do que ocorreu em Lisboa e davam conta apenas de responder às publicações

---

<sup>4</sup> SARAIVA, Daniel M. P. As janelas da realidade: a função política das relações de sucessos na Guerra da Restauração de Portugal (1640-1668). In: GARCÍA LOPEZ, Jorge. BOADAS, Sònia. *Las relaciones de sucesos em los cambios políticos y sociales de la Europa moderna*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2015, p. 323-333.

<sup>5</sup> BOUZA, Fernando. ‘Clarins de Jericho’. Oratoria sagrada y publicística en la Restauração portuguesa. *Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea*. nº VII, 1986, p. 14. “De Londres a Turim, de Amsterdam a Lisboa, das imprentas de meia Europa saíram obras destinadas a dar notícia e justificação do ‘sucesso de Portugal’” (tradução nossa).

lisboetas, sem tomar a iniciativa<sup>6</sup>. O início do conflito e a necessidade imediata da nova Coroa portuguesa de conseguir alianças e recursos fez com que houvesse uma enorme produção de material impresso na cidade de Lisboa nos primeiros anos. A guerra foi, assim, importante fonte de renda nas oficinas lisboetas. Quando a produção diminuiu, já no final da guerra, muitos dos impressores que atuavam nos primeiros anos do conflito já não estavam mais na atividade.

Estes impressores, ainda que não se dedicassem exclusivamente à produção de relações de sucessos e papéis de poucas páginas com as novas das batalhas, publicavam os chamados “efêmeros” como parte de sua fonte de renda. Ricardo Exposito afirma que “los papeles menores garantizaban la actividad diaria de su taller, una característica compartida por el mundo editorial hispánico al menos desde las primeras décadas del Seiscientos”<sup>7</sup>. Os impressores que atuavam na cidade de Lisboa identificados pela pesquisadora Vanda Anastácio eram os que dominavam o mercado editorial daquela cidade no período. Segundo a autora, a atividade impressora era de alto risco econômico, “num mundo em que a maioria da população se encontrava fracamente alfabetizada e no qual as obras podiam ser eliminadas ou sofrer mutilações a qualquer momento, por decisão dos censores, sem direito a reembolso do capital investido”<sup>8</sup>. Estes riscos poderiam, inclusive, ultrapassar as questões econômicas e fazer com que um impressor fosse chamado diante da Mesa do Santo Ofício correndo o risco de excomunhão. Foi o que ocorreu com Antonio Alvarez no ano de 1641.

No processo que se encontra hoje na Torre do Tombo, podemos ler que Antonio Alvarez não teria cumprido parte do protocolo de concessão das licenças de impressão, necessário para que o material circulasse pela cidade<sup>9</sup>. Essa relação tratava de uma entrada de soldados na região da Galícia, ação que foi descrita por um general português numa missiva enviada a Dom João IV, cuja substância do seu conteúdo foi então publicada para enaltecer as ações portuguesas. Ao final, podemos ler, separado do restante do texto: “o livreiro del Rey nosso Senhor, faça imprimir hua Relação do sucesso, & vitoria que Dom Gastão Coutinho alcançou entrando em Galiza, que assi o manda Sua Magestade”, assinado por Francisco de Lucena,

<sup>6</sup> BOUZA, Fernando. *Papeles y opinión. Políticas de publicación en el siglo de oro*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008. p. 151. É no capítulo 5 – denominado “Propagandas, papeles y público barrocos. En torno a la publicística hispana durante la guerra de Restauração portuguesa de 1640 a 1668” – que o autor discorre de maneira pormenorizada sobre o tema.

<sup>7</sup> EXPOSITO, Ricardo. La prensa catalana en la guerra de sucesión: entre la información y el privilegio. In: CÁTEDRA GARCÍA, Pedro M. (dir.) *Géneros Editoriales y Relaciones de Sucesos en la Edad Moderna*. Salamanca: Sociedad Internacional para el Estudio de las Relaciones de Sucesos, 2013, p. 105. “os papéis menores garantiam a atividade diária de sua oficina, uma característica compartilhada pelo mundo editorial hispânico ao menos desde as primeiras décadas do seiscentos” (tradução nossa). Sobre os papéis efêmeros, ver também: CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *El placer de los libros inútiles y otras lecturas en los Siglos de Oro*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2018.

<sup>8</sup> ANASTACIO, Vanda. “Heróicas virtudes e escritos que as publiquem”. D. Quixote nos papéis da Restauração. *Iberoamericana*. Nueva Epoca, año 7, nº 28, 2007, p. 122.

<sup>9</sup> O impresso pelo qual Alvarez sofre o processo é a *Relaçam do que em svstancia contem a carta que o general Dom Gastam Coutinho, [escreueo] Sua Magestade de 12 do presente mês de Setembro, de 1641 sobre a entrada que com o exercito da Prouincia de entre Douro & Minho, fez em Galiza, segunda feira que forão noue do dito mês*. Impressa por Antonio Alvarez, 1641. O processo, que traz também uma cópia desta relação, se encontra em: Torre do Tombo; Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 13031. Processo de Antônio Alvares.

secretário de Estado de Dom João IV<sup>10</sup>. A mando do rei, assim, essa impressão serviria para apresentar aos leitores os esforços realizados no norte do país na tentativa de demonstrar força diante de Castela. Mesmo se tratando apenas de duas folhas impressas que traziam informações como que o dito general, “pelejando com o inimigo, lhe queimou trezentas & trinta casas, & quintas, redutos, & trincheiras, pondo tudo por terra (...)”<sup>11</sup>, Antonio Alvarez teve de comparecer diante do Santo Ofício.

O problema encontrado pelos inquisidores foi que, apesar de possuir autorização de impressão da Inquisição, o impressor não teria cumprido todo o procedimento de censura, que previa voltar ao Santo Ofício com o papel impresso e o original manuscrito para a última comparação e, aí sim, conseguir a autorização necessária para a venda de sua relação. Alvarez afirmou, segundo o processo, que o papel assinado pelo secretário de Estado, anexado aos documentos, era suficiente para fazer correr suas relações impressas, atitude vista pelos inquisidores como uma espécie de afronta à autoridade do Santo Ofício, argumentando “que sabendo [incorre] em sent.ça de excomunhão quem imprime papeis sem l.ça do santo officio, como podia cuidar que sua Magestade dispensaria a ella, quando a jurisdicção que tem he secular e não ecclesiastica (...)”<sup>12</sup>. Antonio Alvarez disse ainda que “sempre se costumou a imprimir oq’ ElRey mandava sem outra alguma licença” e, perguntado se tinha outra razão para não possuir todas as licenças, insistia sempre que só o havia feito por entender que não necessitava de todas elas pois possuía a autorização real. Felizmente para Antonio Alvarez, ele foi apenas admoestado pelo Santo Ofício tendo se comprometido a retornar frente aos inquisidores sempre que lhe fosse pedido. Através desse processo, é possível apreender certa disputa na relação entre a nova Coroa e a Inquisição quanto à impressão das notícias.

A professora Vanda Anastácio traz a hipótese de que tenha havido um regime de exceção ao menos nos primeiros anos que se seguiram à aclamação de Dom João IV para a celeridade das publicações. Segundo Anastácio, sem a intervenção real não seria possível explicar a rapidez com que as relações saíram à luz, devido ao moroso sistema de censura em vigor<sup>13</sup>. O mesmo vale também para as relações publicadas do outro lado da fronteira: Jean-François Botrel afirma que foi extremamente raro encontrar pedidos de autorização de impressão para relações de sucesso no Conselho de Castela entre os anos de 1639 e 1834, entendendo que o longo processo administrativo para a obtenção de autorização para imprimir era incompatível com a brevidade necessária para as notícias<sup>14</sup>. Não há dúvidas, porém, de que o

<sup>10</sup> Sobre Francisco de Lucena e seu papel nos primeiros anos da Coroa de Bragança no poder, ver: COSTA, Leonor Freire. CUNHA, Mafalda Soares da. *D. João IV*. Lisboa: Temas & Debates, 2008.

<sup>11</sup> *Relaçom do qve em svstancia contem a carta...*, f.1v.

<sup>12</sup> Torre do Tombo; Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 13031. Processo de Antônio Alvares, f. 16.

<sup>13</sup> ANASTACIO, Vanda. op. cit., p. 122.

<sup>14</sup> BOTREL, Jean-François. Les aveugles colporteurs d'imprimés en Espagne. II : Des aveugles considérés comme Mass-Media. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, tome 10, 1974, p. 236. Em seu trabalho, Fernando Bouza traz alguns exemplos da censura pela qual passavam os papéis menores. Ver: BOUZA, Fernando. *Dásele licencia y privilegio*. *Don Quijote y la aprobación de libros en el Siglo de Oro*. Madrid: Akal, 2012. Sobre os protocolos de licença na Monarquia Hispânica, ver: REYES GÓMEZ, Fermín de los. *El libro en España y América. Legislación y Censura (siglos XV-XVIII)*.

impressor seria o primeiro e mais prejudicado no cabo de guerra que envolvesse a Coroa ou nobres muito próximos à realeza, como ocorreu com Antonio Alvarez ao ser chamado diante da Mesa do Santo Ofício para explicar-se sobre a publicação de uma relação de sucesso que contava com a autorização da Coroa, sofrendo inclusive a ameaça de excomunhão<sup>15</sup>.

Ainda no processo de Antonio Alvarez é possível termos acesso ainda a um documento anexado a ele pelo Tribunal que envolvia seu pai anos antes, impressor de mesmo nome que também teria tido problemas com a falta de autorização para seus impressos. Um cego chamado Manoel Marques, ao ser perguntado pelo Santo Ofício onde havia conseguido os papéis que vinha vendendo pela cidade de Lisboa no ano de 1618, menciona o dito impressor como sua fonte. Podemos ler abaixo a interessante interação entre a comunidade de cegos da cidade e Antonio Alvarez pai:

Aos vinte dias do mes de settembro do anno de mil e seiscentos e dezoito em esa cidade de Lx.a (...) mandou vir perante sy a hu cego que foi trazido a sala do Sancto officio (...) com imagens e (...) impressa vendendo papeis e fazendo plateia ao povo e sendo presente disse chamarse Manoel Marques (...) esta manhã e vendia ao povo huns papeis de meia folha pequena com Imagem de nossa S.ra e hua oração ao que e por titulo devoção a nossa senhora de Penha de frança, e outros papeis com a mesma oração e com a imagem de nossa S.ra do Rozario e demasia de quarto. E [outros] da mesma marca de quarto com a imagem do minino Jesus (...) e os estava vendendo ao povo cada hu per esmola de hua moeda fazendolhe [plateia] (...) dizendo que quem [havia] de ter aquella imagem da S.ra que hia nos ditos papeis encomendandose a S.ra com hu padre nosso e avemaria ella alcançaria o livralos de perigos, elle dizia mais grandezas da S.ra N.sa. (...) Perguntado q.e impressor lhe imprimio os dittos papeis. Disse q lhos imprimio e estampou Antonio Alvares impressor que mora em hua travessa junto à rua nova por paga e dinheiro que lhe dá. Perguntado com que licença imprimia os ditos papeis disse q elle respondente se não [mette] em licença nem lhe da papel original p.a por elle imprimir, mas somente quando tem dinheiro vai a sua officina e pede dos dittos papeis os que lhe parece & lhos compra e o dito impressor os tem impressos, e elle diz

---

Madrid: Editorial Arco/Libros, 2000. Quanto a Portugal, o trabalho da pesquisadora Maria Teresa Esteves Payan Martins, citado na nota seguinte, é de grande importância para compreender os procedimentos necessários para a obtenção das licenças.

<sup>15</sup> A pesquisadora Maria Teresa Esteves Payan Martins apresenta em seu trabalho o processo contra o impressor Domingos Lopes Rosa, que no ano de 1647 publicou um papel clandestino denominado *Cypriano Pantagatho* a mando do Camareiro-mor Dom João de Sá. Mesmo tentando afastar as próprias culpas ao denunciar João de Sá, Rosa foi condenado a um ano de suspensão do exercício de impressor e à multa de 20 cruzados. Um mês depois, chegava ao Conselho Geral do Santo Ofício uma petição do impressor em que se podia ler que “lhe dessem licença para, ‘não obstante a dita sentença, poder imprimir na sua officina as obras que nela tinha começadas e as que lhe viessem, com todos os protestos necessários que faria (...)’”. A petição foi aceita e Rosa pode ao menos concluir as impressões que já estavam sendo produzidas em sua officina. Este processo, ainda que não trate dos papéis de notícias propostos para este trabalho, demonstra como o impressor que não seguisse os protocolos de censura em vigor no Reino poderia sofrer severas consequências. Cf. MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

q tem licença do S.to Officio p.a os imprimir. Perguntado se vende a mais cegos semelhantes Papeis disse que a quantos lhos vão comprar (...).<sup>16</sup>

Aparentemente o processo de 1618 contra o pai foi anexado para demonstrar que a família já vinha imprimindo sem autorização do Santo Ofício, mas trouxe até nós a informação de como esses cegos eram abastecidos por impressores da cidade. O cego interrogado, assim, ia até a casa do impressor na Rua Nova e pagava pelos impressos que já estivessem prontos para a distribuição, não encomendando nada original. Afirma ainda que o impressor confirmava ter as licenças necessárias do Santo Ofício, e que vendia os papéis a quem fosse comprá-los. O processo esclarece também que estes folhetos eram vendidos por “esmola de uma moeda” e o cego assegurava à população que bastava ter a posse do impresso e realizar as rezas corretas para que o comprador estivesse protegido do perigo.

O historiador Abel Iglesias Castellano explica que por serem cegos e terem como principal atividade rezar pela cidade, parte da população acreditava que eles possuíssem qualidades místicas, vantagem utilizada na hora de vender papéis como os impressos por Antonio Alvarez. O cego *callejero*, que era o que andava pelas ruas recitando poemas e orações e vendendo os impressos religiosos produzidos por Alvarez pai ou, anos depois, cantando as vitórias do exército português como vimos na abertura deste trabalho, pode ser interpretado, assim, como um mediador cultural, ocupando função na formação da opinião pública a partir da venda deste material<sup>17</sup>. Estes cegos, como explica Jean-François Botrel, eram homens marginalizados pela miséria e por sua própria enfermidade, mas que mesmo assim durante séculos ocuparam papel de grande importância na produção e circulação de notícias. Botrel afirma que, com uma nova relação de sucesso em mãos, a primeira coisa que preocupava os cegos era aprender de cor o que estava escrito para poder declamar o texto em sua venda. Recorrendo aos serviços de leitores, mas também contando com as próprias esposas – cuja função, segundo o autor, é de fundamental importância para o trabalho desses homens – os cegos ouviam quantas vezes fossem necessárias até serem capazes de memorizar o texto a ser oferecido para os transeuntes. Chamados por este autor de “livrarias ambulantes”, estes personagens ocupavam importante papel enquanto intermediários entre impressores e o público, leitor ou não, já que mesmo não sabendo ler, todos que passavam por eles poderiam ouvir o que estava escrito nos papéis anunciados. Seja aos gritos ou cantadas com suas violas – como queria o anônimo autor que abre este artigo – Botrel também entende a função de difusor de uma mídia de massa que esses personagens ocupavam no decorrer dos séculos<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Processo Antonio Alvares... f. 2-2v.

<sup>17</sup> IGLESIAS CASTELLANO, Abel. El ciego callejero en la España Moderna: balance y propuestas. *LaborHistórico*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 1, 2016, p. 86.

<sup>18</sup> Cf. BOTREL, Jean-François. op. cit.

Algumas décadas depois em Madrid também podemos apreender como se dava a relação entre cegos e impressores e a frágil delimitação do que seria ser o *dono* de uma notícia e das publicações subsequentes. No ano de 1680, se iniciava naquela cidade uma questão judicial que duraria décadas envolvendo a Congregação dos Cegos – responsável pela distribuição e venda de certos materiais impressos como orações e notícias – e alguns impressores nomeados. O primeiro deles, Julián de Paredes<sup>19</sup>, foi acusado pelos cegos de imprimir “en dos o tres géneros de papel, y que los hechos en el de Génova bueno ‘los vende él solo en su casa’ (...) dando a los ciegos, en papel malo (...)”<sup>20</sup>. Ou seja, acusavam Paredes de imprimir o mesmo texto em papéis de diferentes qualidades, entregando para os cegos venderem os de papel inferior – e, portanto, mais baratos –, mantendo os melhores para si e vendendo-os em sua própria casa. O impressor respondeu que imprimia sempre em “papel de Cuenca fino”<sup>21</sup>, e que se havia algumas poucas impressões em papel de Gênova, de declarada qualidade superior, eram para pessoas de autoridade. A desavença sobre a qualidade do papel a ser utilizado na impressão demonstra como esse tema tinha importância no século XVII, o que leva a Congregação dos Cegos a entrar na justiça contra os impressores que lhes entregavam papéis de alegada qualidade inferior para serem vendidos. A questão é, aqui, puramente financeira, já que a qualidade do papel interferia no preço a ser cobrado por ele, e os cegos questionavam a ação do impressor de manter para si os melhores materiais.

Em outro momento do artigo publicado por Cristóbal Espejo, podemos ler na argumentação de um impressor chamado Lucas Antonio de Bedmar y Valdivia que

mi parte busca, solicita y adquiere, con gran fadiga, trabajo y diligencia, las noticias ciertas y que por si mismo las junta, coloca y compone, y las reduce a la prensa con la verdad, decencia y acierto que es notorio, no solo viene a ser quien fabrica y costea dichos papeles, sino que también viene a ser el legítimo y verdadero autor de ellos y legítimo dueño, contra cuyo derecho no puede

<sup>19</sup> No prólogo escrito para a edição da obra *Institución y origen del arte de la imprenta*, Jaime Moll elabora uma biografia muito interessante sobre a família Paredes. Mais uma vez, vemos que pai e filhos possuíam o mesmo ofício, algo muito comum no período. Alonso de Paredes teria nascido em San Sebastián de los Reyes e foi aprendiz do impressor Luis Sanchez: “este se comprometia a ensinar-lhe durante seis anos o ‘ofício de compositor de letra, bem e de maneira completa’ (...) dando-lhe de comer, vestir, calçado, cama e roupa limpa”. No ano de 1612 se casou com Mariana Izquierdo e foi seu padrinho o impressor Alonso Martín, o que pode indicar que trabalhava em sua imprensa. Em 1645 já possuía oficina própria, mas faleceria dois anos depois. O filho menor, Juan, morreu no ano de 1648. Alonso Víctor de Paredes – autor da obra publicada centenas de anos depois por Jaime Moll – e seu irmão Julián, continuaram o ofício do pai em oficinas diferentes. Alonso viajou a Sevilha e não se sabe por onde mais. Sua última impressão em Madrid foi em 1651. Publicou vários impressos de notícias, mas nunca sobre a guerra contra Portugal. Seu irmão Julián, além de imprimir vários papéis sobre a guerra, ainda foi o impressor da *Gazeta Nueva* entre os anos de 1661 e 1663. Ver em: MOLL, Jaime (ed.). *Institución y origen del Arte de la Imprenta y reglas generales para los componedores. Por Alonso Víctor de Paredes. Profesor del mismo Arte*. Madrid: Calambur, 2002. Tradução nossa.

<sup>20</sup> ESPEJO, Cristóbal. Pleito entre ciegos e impressores (1680-1755). *Revista de la Biblioteca, Archivo y Museo*. Año II, nº 5, 1925, p. 207. Tradução nossa: “em dois ou três géneros de papel, e que os feitos no de Gênova bom, ‘os vende em sua casa’ dando aos cegos os de mau papel”.

<sup>21</sup> Cuenca é uma cidade nos arredores de Madrid.



pretender alguno las partes contrarias, ni disfrutar el aprovechamiento de ellas<sup>22</sup>.

Este trecho evidencia que haveria da parte do impressor a busca pelas notícias e que por isto ele se considerava seu legítimo dono, não cabendo o direito sobre elas às partes contrárias, isso é, aos cegos. O trabalho de Espejo esclarece, assim, como se dava a relação entre impressores e cegos na cidade de Madrid na década de oitenta do século XVII, auxiliando-nos na compreensão do que seria possuir uma notícia e ter direitos sobre ela, como defende o impressor Bedmar no processo: ele havia trabalhado por ela, considerava-se seu *dono*, mesmo em um contexto no qual o direito autoral e a posse intelectual sequer existiam<sup>23</sup>.

Ainda que ultrapasse o recorte temporal da guerra da Restauração, a discussão de Cristóbal Espejo evidencia a possível disputa entre o impressor que publicava as notícias e o cego *callejero* que as vendiam, já que para ambos, a notícia era vista a partir da fonte de renda que gerava. A desavença jurídica envolveu ainda o impressor Julian de Paredes, responsável pela publicação de diversas notícias relacionadas à guerra da Restauração na cidade de Madrid. Veremos a seguir que não só sua venda, como o conteúdo desses impressos também era disputado. Ter seu nome mencionado em relações e periódicos denotava importância e seus produtores sofriam cobranças quando alguém se via “esquecido” por uma publicação, como veremos a seguir.

### **A importância de se fazer ver através das publicações impressas**

As notícias da Beira publicadas pelo autor anônimo que abrem este trabalho têm ainda outra função clara: buscam enaltecer os serviços de Dom Álvaro Abranches. Ainda que suas ações não fossem cantadas pelos cegos, o curioso de Ribacoa escrevia que “se guardão pera ellas os bronzes da eternidade, & lingoa de todas as nações”<sup>24</sup>. Mencionar o nome dos oficiais que atuassem a favor de suas Coroas, assim, era fundamental em um momento em que tornar públicas essas ações poderia significar mercês e honras. Fazendo parte de uma sociedade que também se movia pela aparência e pela prestação de serviços ao rei, encontramos nos papéis de notícias diferentes menções a comandantes e suas realizações, ferimentos e ousadias nas descrições das batalhas em que se encontravam.

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 209-210. Tradução nossa: “minha parte busca, solicita e adquire, com grande esforço, trabalho e diligência, as notícias certas, e que por si mesmo as junta, coloca e compõe, e as imprime com a verdade, decência e acerto que é notório, não só vem a ser quem fabrica e custeia os ditos papéis, mas também quem vem a ser o legítimo e verdadeiro autor deles e legítimo dono, contra cujo direito não podem pretender as partes contrárias, nem disfrutar o aproveitamento delas”.

<sup>23</sup> Conforme explica Roger Chartier, nesse período a propriedade literária ainda não era estabelecida e nem o plágio considerado crime; as histórias “pertenciam a todo mundo”. Ver: CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 33.

<sup>24</sup> *Relaçam em qve se refere parte dos gloriosos svcessos, que na Prouincia da Beira tiuerão contra Castelhanos...* f. 1.

Essas notícias são encontradas também na *Gazeta de Lisboa*, periódico manuscrito do início do século XVIII analisado por André Belo. O historiador explica que estes chamados jornais políticos não eram feitos *para* uma elite, e sim *por* elas, denominando estes “constrangimentos” a que eram submetidas as notícias publicadas nestes periódicos como filtros de informação. Assim, estes periódicos limitavam “as suas notícias a fazer eco da solenidade desses gestos e cerimônias. Ao reproduzir, sem se distanciar deles, um ambiente e uma hierarquia palacianos”<sup>25</sup>, a *Gazeta* prolongava essa atmosfera. Os dois periódicos portugueses que circularam no período da guerra, denominados *Gazeta* e *Mercurio Portuguez*, possuem notícias que se relacionam direta e exclusivamente à vida na Corte – ainda que a *Gazeta* se preocupasse muito mais com as notícias de fora de Portugal durante a grande maioria de suas publicações. O constrangimento imposto aos seus escritores para que tratassem de determinadas pessoas nestes periódicos se vê na *Gazeta*, mas torna-se explícito no *Mercurio*. O secretário de Estado Antonio de Sousa de Macedo e autor do *Mercurio* escreve que

como a tenção de Mercurio nestas relações he sòmente dar ao Mundo verdadeira noticia do Estado das cousas de Portugal em comum, não lhe he necessário para isto especificar pessoas e sò lhe serviria de se malquistar, e causar queixas aos que por esquecimento, ou falta de informação se não achassem nomeados, e louvados (...) <sup>26</sup>.

Dois anos depois as reclamações certamente continuaram, pois aparece escrito no *Mercurio* que:

As [ações] que se exprimirão na dita Relação que se fez, deixarão queixosas as de que então não havia noticia, e porque sempre succederà o mesmo; parece mais seguro fallar sò em geral, porque a demasiada generosidade, alguas vezes não admite razão; sofre melhor hum silêcio total, que hua narração de parte. Pella mesma causa não nomeamos pessoas; assi como he impossível fazer menção de todas, poderia ser injusta a eleição de alguas (...) Os nomes de todos se vão depositando em historia que com seus requisitos verá outro tempo<sup>27</sup>.

O *Mercurio Portuguez* se refere acima à relação publicada no ano de 1665, que descreveu as particularidades da recuperação de Vila Viçosa e da vitória que os portugueses

---

<sup>25</sup> BELO, André. *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2001. p. 45.

<sup>26</sup> *Mercurio Portuguez* de junho de 1663. f.3. Este periódico foi publicado mensalmente entre os anos de 1663 e 1667 na cidade de Lisboa por vários impressores. Era escrito por Antonio de Sousa de Macedo, secretário de Estado de Dom Afonso VI, rei que acabara de destituir sua mãe, Dona Luísa de Gusmão, após uma longa regência (Macedo se despede da escrita do *Mercurio* no último número do ano de 1666, e não se sabe até hoje quem escreveu seus últimos meses). É explícita a dedicação deste periódico em enaltecer o novo rei, sobretudo em seu primeiro ano no poder. Sobre a ascensão de Dom Afonso VI e sua relação com Antonio de Sousa de Macedo, ver: MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho. A monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo: Hucitec, 2002. Especialmente seu terceiro capítulo sobre a Corte Bragantina. Todo o *Mercurio* está disponível online em: <<http://purl.pt/12044>> Acesso dia: 05-mai-2019.

<sup>27</sup> *Mercurio Portuguez* de junho de 1665. f. 6v.

obtiveram na batalha de Montes Claros<sup>28</sup>. É percebido pelo texto de Antonio de Sousa de Macedo o entendimento de que, ainda que o *Mercurio* tenha de dar conta de todos os acontecimentos ocorridos no mês de sua publicação para seguir o “fio da narração ordinária”<sup>29</sup>, nomes e especificidades devem aparecer apenas nas relações de sucesso. Mesmo dedicando mais de cinquenta páginas às ações do exército português contra Castela, podemos ver na citação acima que houve muitas queixas de pessoas sobre as quais “não havia notícia” no periódico, o que fez com que Macedo escrevesse que era melhor um “silêncio total do que uma narração de parte”. Em poucos meses, Macedo passaria a mencionar no *Mercurio* apenas os oficiais de maior patente, e escreve que mesmo que determinado sujeito mereça ser nomeado, “a justa resolução que proíbe nomearse alguém particularmente” o impede de fazê-lo<sup>30</sup>. O constrangimento dos leitores/atores fazia, assim, com que a escrita se modificasse e seu autor estabelecesse uma espécie de diálogo com essas pessoas tão interessadas em serem lidas/vistas através das páginas do periódico. A importância de publicar o nome de quem servia à Coroa também poderia ser visto do outro lado da fronteira durante o período da guerra.

A *Gazeta Nueva* publicada nos anos de 1661 e 1663 em Madrid foi produzida pelo secretário de Dom Juan José de Áustria, Francisco Fabro Bremundan. Além de trazer notícias de diferentes cidades da Europa, também informava sobre o conflito com Portugal – ainda que, como era de se esperar, só trouxesse as novas que fossem positivas à Monarquia Hispânica. A primeira iniciativa de um material impresso de notícias que circulasse de maneira periódica foi, assim, promovida pelo filho bastardo de Dom Felipe IV e, mesmo trazendo informações esparsas sobre Portugal, inicia o número X do ano de 1661 discorrendo que

Despues que el Serenissimo Señor Don Juan de Austria, Gran Prior de los Reinos de Castilla, y Leon, a cuyo cargo estan las Armas del Exercito de Estremadura, conquino por fuerça de armas la villa de Arronches, famosa en los venideros siglos, no tão por la hermosura de sus edificios, (...) quanto por auerla honrado su Alteza con la asistencia de su persona, y eligidola por Praça de Armas de las Catolicas de Su Magestad, en orden a proseguir la Conquista del Reino de Portugal por la Prouincia de Allentejo (...) <sup>31</sup>.

<sup>28</sup> A relação citada foi escrita em espanhol, provavelmente pelo próprio Antonio de Sousa de Macedo e está online no mesmo arquivo disponibilizado pela Biblioteca Nacional de Portugal com o *Mercurio Portuguez. Relacion verdadera, y pontval, de la gloriosíssima victoria que en la famosa batalla de Montes Claros alcançò el Exercito delRey de Portugal, de qve es capitán general Don Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva, Conde de Cantañede, contra el Exercito delRey de Castilla, de qve era Capitan General el Marquez de Caracena, El día diez de Junio de 1665. Con la admirable defensa de la plaça de Villa Viciosa*. Con las licencias necessarias. Lisboa. En la Officina de Henrique de Oliueira, Impressor delRey nuestro Señor. Año 1665.

<sup>29</sup> *Mercurio Portuguez* de junho de 1665. f. 1.

<sup>30</sup> *Mercurio Portuguez* de agosto de 1665. f. 2.

<sup>31</sup> Utilizamos o fac-símile publicado por Eulogio Varela Hervias para ter acesso aos números da *Gazeta Nueva*. No ano de 1661, ela foi marcada por numerals romanos; no ano seguinte, apresentou algarismos arábicos. *Gazeta Nveva de lo svcedido a las católicas armas de su Magestad en los Exercitos de Estremadura, Castilla, y Reino de Galicia, hasta veinte de Agosto deste año de 1661*, número X. Con licencia. En Madrid por Julian de Paredes Impressor de Libros en la Plaçuela del Angel. Año de 1661. f. 1. In: VARELA HERVIAS, Eulogio. *Gazeta Nueva 1661-1663. Notas sobre la historia del Periodismo Español en la segunda mitad del siglo XVII*. Madrid; Murcia: Oficina Tipográfica de los sucesores de

A praça de Arronches seria famosa nos anos vindouros a partir daquela data não pela beleza de suas construções – e muitas outras qualidades enumeradas por Bremundan – mas por ser a localidade escolhida por Dom Juan José de Áustria para prosseguir a conquista de Portugal! E continua, escrevendo que Don Juan passou pela praça e “amendrontó a los enemigos, quemandoles, y destruyendoles sus Villas, Quintas, Arboledas, y Sementeras de toda aquella Comarca”<sup>32</sup>, alojando seu exército até o final de setembro na região. Devemos ressaltar que houve outros comandantes nomeados e exaltados pela *Gazeta de Madrid*. Chamamos a atenção apenas ao principal deles, cujo secretário era também o autor do dito periódico. Mesmo que trouxesse poucas notícias relacionadas à guerra contra Portugal – lembrando que a década de 60 do século XVII é marcada por constantes derrotas dos exércitos castelhanos nas fronteiras do Alentejo – quando as menciona, enaltece sobretudo o filho bastardo de Felipe IV<sup>33</sup>.

Quando o historiador Diogo Ramada Curto analisa a cultura escrita na Época Moderna, defende que há uma intensidade exemplar na reflexão sobre a nação entre os escritores portugueses no período que vai de 1570 a 1706. Para Curto, “os indivíduos ou mais especificamente os autores, os grupos e os Estados negociam e concorrem na atribuição de diversos significados a esse mesmo processo, recorrendo para isso à escrita”<sup>34</sup>. Ele argumenta, assim, que a prática da escrita faz parte de um “conjunto alargado de formas simbólicas de comunicação”, cujo autor não pode ser entendido como um artista ou simples oficial, desprovido de interesse quando escreve. É necessário, assim, inscrever a análise da cultura escrita nos conflitos e práticas de identidade das quais faz parte. Curto explica ainda que é impossível conceber as carreiras dos historiadores – noção que podemos estender a outros escritores a serviço de suas Coroas – do século XVI numa esfera separada do poder: “são os poderes que suscitam a escrita da história, fazendo dela uma das suas ações, as quais reencontram a lógica de muitas carreiras”<sup>35</sup>. Para o historiador, todos os que se dedicam à escrita entre os séculos

---

Nogués, 1960. p. 73. “Depois que o Serenissimo senhor Dom Juan José de Áustria, Grande Prior dos Reinos de Castela e León, a cujo cargo está as Armas do Exército de Extremadura, conquistou por força das armas a vila de Arronches, famosa nos séculos vindouros não tanto pela beleza de suas construções (...) quanto por Sua Alteza tê-la honrado com a assistência de sua pessoa e eleito-a por praça das armas Católicas de Sua Majestade, com o intuito de prosseguir a conquista do reino de Portugal pela província do Alentejo (...)”. Tradução nossa.

<sup>32</sup> *Gazeta Nveva de lo svcedido a las católicas armas de su Magestad en los Exercitos de Estremadura...* f. 1. “amedrontou aos inimigos, queimando e destruindo suas vilas, quintas, bosques e sementeiras de toda aquela comarca”. Tradução nossa.

<sup>33</sup> A personalização produzida pelos escritos de Bremundan pode ser notada ainda quando, no ano de 1663, o secretário segue Dom Juan José de Áustria até Zaragoza e passa a publicar os “Avisos de los felices sucesos que ha tenido su Alteza el Señor Don Juan de Austria desde los primeros de mayo hasta que se rindió Eborá”. Também o primeiro livro publicado por ele foi dedicado à atuação de Dom Juan José como comandante do exército castelhano na Catalunha, denominado *Historia de los hechos del Serenissimo Señor Don Juan de Austria, en el Principado de Cataluña*, no ano de 1673. Ver respectivamente em: DÍAZ NOCI, Javier. La circulación de noticias en la España del Barroco. In: CHARTIER, Roger. ESPEJO, Carmen (eds.) *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco*. Madrid: Marcial Pons, 2012. p. 227; VARELA HERVIAS, Eulogio. *Gazeta Nueva – 1661-1663...* p. XXIX. Sobre a relação entre Fabro Bremundan e Don Juan José de Áustria, ver: LAMARQUE, Maria Pilar. Cartas de Francisco Fabro Bremundans al Dr. Diego J. Dormer. In: *Cuadernos de Historia Jerónimo Zurita* nº 23-24, 1970, p. 192-4.

<sup>34</sup> CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 145-6.

<sup>35</sup> CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Escrita, Séculos XV a XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. p. 117.

XVI e meados do XVIII dificilmente podem ser compreendidos fora das pressões sociais e ou de uma economia de mercê.

Dessa forma, assim como Macedo e Bremundan, o “curioso de Ribacoa” que abre este trabalho não busca apenas noticiar os acontecimentos da guerra, mas principalmente enaltecer Dom Álvaro Abranches para que este tenha seu nome impresso nas publicações que tratam das batalhas contra os castelhanos. Além das novidades sobre os conflitos, os impressos trazem, assim, informações sobre a disputa por sua produção e também sobre os constrangimentos aos quais seus escritores eram submetidos.

### **Considerações finais**

Neste artigo buscamos compreender as dinâmicas por trás da publicação e venda dos materiais de notícias produzidos durante a guerra da Restauração. Assim, além dos próprios impressos de notícias em si, recorreremos ainda a um processo inquisitorial contra um impressor, que nos esclareceu as consequências de se burlar os protocolos de impressão e os jogos de poderes existentes no período. Através do mesmo documento, foi possível apreender também a relação que se estabelecia décadas antes entre impressores e cegos *callejeros* que vendiam as publicações pela cidade, ressaltando a importância desses agentes enquanto difusores de notícias. O artigo de Cristóbal Espejo nos mostrou como essa relação nem sempre era amigável. Encontramos anos depois um dos impressores madrilenos que mais publicou notícias sobre a guerra contra Portugal numa disputa com esses mesmos cegos. A questão financeira, para estes agentes, se sobrepõe ao tema da guerra – ou aos demais conteúdos das publicações – e significa manter suas oficinas e suas famílias.

Os dois periódicos publicados na década de sessenta do século XVII em Lisboa e Madrid foram trazidos para esta discussão no intuito de discorrermos sobre outra disputa que envolvia esses impressos de notícias: sua função enquanto difusor dos nomes das pessoas que estavam a serviço de seus reis. Se no *Mercurio Portuguez* Antonio de Sousa de Macedo é tão cobrado a ponto de deixar de fazer menção a estes nomes e tratar com frequência do tema em sua escrita, na *Gazeta de Madrid* o secretário do filho de Dom Felipe IV não poupa elogios quando faz menção ao próprio Dom Juan José de Áustria. Os “constrangimentos” de que trata André Belo para a gazeta do século XVIII são encontrados também anos antes nas publicações ibéricas como forma de demonstrar seu valor, em uma sociedade preocupada em se fazer ver diante de todos, especialmente diante de seu rei. Aparecer, mas também escrever como forma de aproximar-se de quem pudesse conceder benefícios: seja o rei, seja seu filho, seja um general que presta serviços em uma área afastada da tomada de decisões. O “curioso de Ribacoa”, assim, escreve na busca por ser reconhecido por Dom Álvaro Abranches (ou talvez seja ele mesmo?), e espera que este oficial obtenha também suas mercês pelos serviços prestados na

Beira, cobrando, assim, que os cegos o cantem em suas violas. Com este artigo, esperamos ter conseguido demonstrar a rede na qual diferentes agentes se inseriam quando participavam da publicação destes materiais impressos de notícias, que carregavam em suas páginas mais do que apenas novidades vindas dos campos de batalhas.

Artigo recebido em 25/01/2019 e  
aprovado para publicação em 18/06/2019